

GT 33. Estudos em contextos africanos: desafios, limites e perspectivas

Desenvolvimento, Estado e Direitos em África: Participação política das mulheres e lutapor direitos em Moçambique

Vera Fátima Gasparetto¹
Luzinete Simões Minella²

Resumo:

O objetivo desta comunicação é analisar as principais agendas e lutas dos movimentos de mulheres e feministas junto ao Estado moçambicano ao longo das últimas décadas. Intenciona identificar e descrever as metodologias, estratégias de luta política e ações de mobilização pública que esses movimentos utilizam para negociar, tensionar e garantir a implementação das pautas e demandas pelos direitos humanos das mulheres, que incluem o direito ao próprio corpo, à cidade, ao trabalho, à terra e ao reconhecimento da sua contribuição social e econômica, tanto no espaço público como no privado.

A abordagem metodológica se baseou na observação e registro das ações desenvolvidas por diversas organizações tais como, o Fórum Mulher (FM), Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ACHA), Fórum das Mulheres Rurais (FOMMUR), Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais (LAMBDA), Movimento das Jovens Feministas (MOVFEMME), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Associação das Mulheres Empregadas Domésticas (AMUEDO), Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira (AMUDEIA) e pelo Estado.

Simultaneamente entrevistei ativistas, acompanhei as redes sociais de algumas dessas organizações e analisei documentos produzidos, tanto por essas organizações, quanto pelo Estado moçambicano (livretos, livros, cartazes, etc). O trabalho empírico foi realizado em 2017 e 2018, em Moçambique durante a pesquisa de campo, proporcionada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da CAPES. Além do trabalho empírico, realizamos uma extensa revisão de literatura com ênfase na produção do campo dos estudos de gênero e feminismo das pesquisadoras africanas em geral e, das moçambicanas em particular. A proposta do trabalho é articular uma epistemologia interdisciplinar (priorizando algumas contribuições da Antropologia, da História e da Sociologia) em diálogo com as epistemologias do Sul-Sul.

Palavras-chave: Movimentos de Mulheres, Participação política, luta por direitos em Moçambique.

¹ Graduada em Jornalismo (UNISINOS-RS), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH - UFSC) na Linha de Estudos de Gênero (EGE). Integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC), pesquisadora Associada ao Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane. Bolsista Capes

² Graduada (1972) e mestre em Ciências Sociais pela UFBA (1977), doutora em Sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM,1989). Realizou estágio de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/Unicamp,1998). Atualmente é profa. adjunta aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuando como professora voluntária no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Introdução

Esta comunicação se propõe a apresentar um recorte da tese de doutorado intitulada “Corredor de Saberes: *vavasati vatinhonha* e Redes e Movimentos de Mulheres e Feministas”³, que analisou os movimentos de mulheres e feministas em Moçambique e será defendida em 2019 no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UFSC).

O trabalho de campo foi realizado em Moçambique em duas etapas (janeiro 2017 e setembro/2017 a janeiro/2018⁴), quando foi feita a observação direta das ações desenvolvidas por 12 organizações da Rede Fórum Mulher, tais como a ACHA, FOMMUR, LAMBDA, MOVFEMME, MMM, AMUEDO, AMUDEIA, WLSA. Simultaneamente foram realizadas entrevistas com ativistas, acompanhamento de reuniões, seminários, ações públicas, redes sociais e analisados documentos produzidos, tanto por essas organizações, quanto pelo Estado moçambicano (livretos, livros, cartazes, etc).

Focalizamos o surgimento de organizações na chamada “abertura democrática” que permitiu o surgimento das ONGs e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), campo do qual faz parte a organização FM e as integrantes de sua redes. A análise será realizada a partir de uma contextualização histórica sobre os feminismos no país desde o período de luta contra o colonialismo português até os dias de hoje, com o retrato do trabalho realizado pelas organizações com as quais tivemos contato no trabalho de campo.

O artigo está organizado em três itens, cada um deles destaca um dos aspectos que consideramos centrais: Desenvolvimento, Estado e Direitos em África; A herança escravocrata, o colonialismo, a resistência popular, a luta pela independência do país e o protagonismo das mulheres em Moçambique; Mulheres heroínas e suas lutas junto ao Estado moçambicano. Por último, elaboramos algumas considerações finais.

Desenvolvimento, Estado e Direitos em África

Após as independências formais das colônias as relações entre a sociedade e o Estado na África foram fortemente influenciadas pelo modelo ocidental e do norte: os países “libertados” passaram a ser dirigidos pela pequena-burguesia e se caracterizaram pela crise de acumulação capitalista, pela ditadura de partido único e pela ausência de democracia social (CASIMIRO, 2014), destacando-se o impacto desse contexto na vida das mulheres. A coordenadora do Secretariado Internacional da MMM, Graça Samo, analisa a resistência das mulheres no que se refere à permanente

³*Vavasati vatinhonha* é um termo na língua changana que significa “mulheres com força” ou “mulheres heroínas” em português.

⁴Essa etapa foi financiada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da CAPES.

ocupação de seus corpos-territórios e o enfrentamento ao modelo de desenvolvimento neoliberal e suas mazelas na vida das pessoas:

Por que lutamos contra as transnacionais? Por que são elas a representação do capitalismo, a representação mais alta de como o patriarcado se sustenta, como se retroalimenta, através dessas forças de controle, de ocupação e intimidação. Quando falamos do tema da militarização, muitas coordenações trabalham esse tema, é por que é um instrumento de controle das mulheres, essa violência que a gente tá falando é a forma como o sistema toma para controlar, para intimidar, causar medo e manter a mulheres naquele lugar de controle. Então como a gente trabalha para romper isso, como que a gente constrói as alternativas? (Graça Samo, entrevista em 27/01/2018).

Para Casimiro (2014) as questões da cidadania e da democratização no continente africano são pouco refletidas e há uma elaboração superficial e reducionista sobre as consequências da colonização portuguesa, ainda que os movimentos de mulheres e feministas tenham buscado alternativas fora do receituário tradicional para analisar as ações da sociedade civil. Segundo a autora, esses movimentos emergem de quatro frentes na África: 1) o movimento endógeno de mulheres nas sociedades africanas; 2) a resistência anticolonial; 3) os movimentos de libertação nacional; 4) as ações de grupos de mulheres profissionais e acadêmicas, com independência econômica. Todos são focados na emancipação da mulher nas sociedades (Idem)⁵.

Esses movimentos questionaram os paradigmas de desenvolvimento conservadores e conformistas, confrontando-os com o resgate da história das mulheres sem cair nos erros da corrente central da historiografia Africana⁶, que desconsidera as especificidades das experiências e as diversidades das mulheres dos países africanos (CASIMIRO, 2014). Inclusive a importância do protagonismo e da agência das mulheres na história da África para a construção de sua autonomia econômica, como demonstrado no depoimento da Coordenadora da Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), Rafa Machava:

(...) é um desconhecimento da realidade local que vocês não têm e mesmo se eu te levar para uma comunidade lá vais encontrar mulheres fortes, as aquelas que hoje asseguram os lares porque elas trabalham dia e noite elas podem estar a vender na rua e ainda saírem dali para ir fazer comida para as famílias em casa, são mulheres muito fortes de muita garra, temos umas aqui que já são empresarias partindo do nada. Nós também lutamos mas é verdade que a maior parte ainda são coitadinhas, mas há muita mulher em termos de percentagens, as mulheres que ainda são coitadinhas se calhar ainda são menores em relação aquelas que já avançaram bastante, mesmo a nível das comunidades, com aquela pobreza toda podes apanhar uma delas que tem um hectare de machamba para alimentar uma comunidade inteira sendo uma mulher (Rafa Machava, entrevista em 17/01/2017).

⁵ Casimiro salienta as nuances e características diferenciadas dos países africanos quanto aos aspectos gênero-sexo, raça-grupos étnicos, classe, estatuto, idade, religião, momentos históricos e território-nação, revelando seu olhar interseccional na análise.

⁶ Segundo a autora, a historiografia africana foi hegemonizada por três paradigmas a partir de 1960: a Escola Nacionalista, a Escola do Subdesenvolvimento ou da Dependência e a Escola Marxista.

Kabunda Badi (2008) avalia que a adoção de políticas neoliberais na África levaram ao abandono do setor público (substituído pelas privatizações), ao aumento da dívida externa e ao aprofundamento dos sofrimentos humanos. A globalização destruiu as fundações básicas do que poderia vir a ser um "Estado providencial", mantendo-o apenas como um aparato de opressão, deslegitimado e desestabilizado, submetido a deveres externos em detrimento dos deveres internos:

Con la actual globalización, los pueblos africanos son víctimas de una doble dominación: el colonialismo interno de sus dirigentes y la explotación externa. Los dirigentes se han aliado con el sistema internacional y con las élites transnacionales, siendo el objetivo mantener sus privilegios políticos y económicos y beneficiarse de las ventajas de la mundialización (sobre todo las “compensaciones” que reciben de las potencias centrales por mantener sometidos a sus pueblos), en detrimento del conjunto de la población (KABUNDA BADI, 2008, p. 82).

De acordo com o autor, o imaginário etnocêntrico sobre a África tem sido construído sobre uma série de estereótipos: pobreza, fome, dívida, “ajuda”, “vítima”, dependência, guerra, caos, deficiência. Kabunda Badi (2008) observa que é preciso avançar em direção a novas teorias que superem as definições pessimistas da África. O afropessimismo que é baseado em frias estatísticas internacionais, produzidas pelas agências multilaterais, bilaterais, que não levam em conta a amplitude da economia popular em redes de comércio e de solidariedade, ou a história e a cultura de cada país (NHAMPOCA, 2015).

A medida que avança a integração global dos sistemas econômicos aumenta a desintegração nacional dos sistemas políticos. A mobilidade do capital financeiro se incrementa em todo o planeta, junto com o poder das transnacionais, que favorece o saque e a exportação em grande escala de recursos naturais, utilizando as novas tecnologias para disseminar práticas que levam à fome e ao empobrecimento dos/as africanos/as.

A tanzaniana Marjorie Mbilinyi (2015) aponta que a acumulação primitiva tem sido a base da acumulação capitalista na África desde a era pré-colonial e colonial, marcada pela apropriação indevida de terras. Atualmente as corporações multinacionais aliadas aos Estados nacionais e às instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial (BID), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) privilegiam a acumulação primitiva no continente. Usam o argumento de garantir uma “estabilidade macroeconômica” para gerar um ambiente favorável ao investimento privado estrangeiro. Um dos fatores mais graves nesse processo é a liberalização e comoditização da posse da terra, que proporciona aos investidores estrangeiros a oportunidade de acessar grandes extensões de uma forma aparentemente “legal”. Em Moçambique, essa concentração de terras tem sido alvo de denúncias e protestos dos movimentos camponeses. A fala de Rosete, liderança da Associação de Empoderamento da Mulher de Moçambique, ligada ao FOMMUR, destaca a dinâmica das alianças entre Estado e corporações:

Vou focar em alguns pontos. Primeiro ponto: a terra é vendida (com veemência). Os jogos informativos fazem questão de ressaltar que a terra não é vendida, que é adquirida por meio de documentação no município, mas na prática não é isso que acontece. Eu acredito que todos aqui estamos a declarar o terreno que temos e pagamos por eles. A venda de terras não é segredo, não são vendas sigilosas. Vamos agora à internet e o que não vai faltar são anúncios de venda de terreno. A questão do abocanhamento de terra do qual foi falado por uma das mamás aqui, não é feito por pessoas singulares. São os próprios regularizadores de terra que fazem o abocanhamento de terra e depois vendem os mesmos terrenos. Então é importante que haja uma capacitação severa em relação a esse assunto da lei de terra, brochuras informativas, linguagens terra-terra, de modo a que uma camponesa ou uma mulher rural compreenda qual é de fato o seu direito. É muito importante que isso aconteça. Não vamos tapar os olhos com a peneira com coisas que estão a acontecer e precisam de medidas reais, concretas (Rosete, CO reunião 28/09/2017).

O feminismo africano está ciente das limitações das suas estratégias até agora perseguidas, embora as condições sob as quais se organizam não estejam fáceis, afirma Mama (2002). Mulheres de toda a África enfrentam seus desafios de maneiras diferentes, “com muita energia e criatividade, retrabalhando o feminismo, planejando novas estratégias e implantando novas tecnologias juntamente com os novos conhecimentos adquiridos com as experiências das últimas décadas” (s/p). Ela questiona até que ponto seria excesso de otimismo antecipar o surgimento de um movimento de mulheres unificadas coerente, forte e independente nas atuais circunstâncias.

O que está claro é que a busca pela igualdade de gênero se tornou um negócio cada vez mais complicado, muito ligado à indústria de desenvolvimento global. A luta de gênero requer tipos muito específicos de crítica, capacidade intelectual e institucional, em todo o mundo, mas em nenhum outro lugar mais do que nas circunstâncias desafiadoras deste continente. Os formuladores de políticas não estão completamente errados quando identificam a falta de capacidade e perícia como um grande obstáculo à implementação de leis e políticas equitativas de gênero, ou simplesmente dizem “não sabemos como fazer isso” (MAMA, 2002, s/p).

A sul africana Shireen Hassim (2005) articula Estado e poder político, sociedade civil e movimentos de mulheres, olhando para os movimentos sociais e de mulheres do seu país e percebendo neles um vasto campo empírico e analítico para pensar alternativas e mapear produções de mulheres do Sul-Sul. Nesse campo aponta temas como a racialização das sociedades do Sul, a religião como instrumento de dominação colonial, a construção colonial de subjectividades deficitárias, a interseccionalidade de raça, gênero e classe, a participação das mulheres na vida pública, política, econômica e cultural.

Há muitas críticas sobre a forma como o tema gênero e desenvolvimento e mulher e desenvolvimento chegaram até o contexto africano, dentro da agenda neoliberal do FMI e da ONU, determinada pelos países doadores do Norte. Para muitas feministas do Sul-Sul essas iniciativas de desenvolvimento e combate à pobreza não valorizam as perspectivas locais, as relações de poder entre mulheres e homens, os modos alternativos de resolução de conflitos, assim como não questionam as raízes coloniais estruturantes do progressivo e dramático empobrecimento do sul nas últimas décadas.

Mcfadden (2016) ressalta que a estratégia de gênero dentro do processo de construção dos estados nacionais africanos nasceu associada ao apoio às organizações de mulheres e ao incentivo em criar políticas de estado ligadas à construção da igualdade de gênero, ou mesmo através de ONGs que vieram para substituir o papel dos Estados.

A fala de Rafa Machava expressa uma visão de desenvolvimento endógena, que faz um contraponto aos modelos impostos de fora, criticados por Mama:

Para nós o desenvolvimento tem a ver com todas vivermos bem. Porque se eu não tenho um pão para comer esse desenvolvimento pode existir, não atinge a mim. Nós não queremos aquele desenvolvimento de nos compararmos com os Estados Unidos de América. Queremos um desenvolvimento de termos a educação, de termos a escola, a saúde perto. De termos a água e o pão perto. Porque há vários conceitos de desenvolvimento. Já me colocaram esta pergunta numa zona rural: “você dizem que nós somos pobres porquê? Nós não somos pobres porque nós temos os nossos terrenos. Todos vocês não têm terrenos lá na cidade. Nós temos gados e vocês não têm, nós temos o nosso rio aqui perto e vamos buscar água e vocês não têm”. Tudo bem, mas tens a escola aqui perto? Não tens, as tuas crianças têm que caminhar até a escola. Tens a saúde aqui perto? Não tens, as tuas crianças têm que caminhar para ir. Então o desenvolvimento tem que ter estes componentes todas, as necessidades básicas nossas como pessoas satisfeitas (Rafa Machava, entrevista em 17/01/2017).

O depoimento de Graça Samo sugere a necessária relação entre as mulheres do campo e da cidade, unidas pelo “espírito de respeito e solidariedade” mencionado por Mama, na construção de um outro projeto de desenvolvimento que defenda a vida:

Não queremos produzir com as iniciativas que vêm promovidas pelos megaprojetos, que é a agricultura da soja, do etanol, não são as soluções para manter a vida, são as soluções sim para manter o capital e talvez salvar a dívida do Ocidente, por que não é para salvar a dívida e a crise dos países africanos e sobretudo de um país como Moçambique. Como mulheres que nos mobilizamos com parte de uma campanha internacional como essa, mas que tem foco no território moçambicano, queremos reafirmar a nossa luta contra o modelo neoliberal, estamos conscientes que essa não é a forma de construirmos a defesa da vida e defendermos a terra (...) Mas nós queremos resistir e juntos podemos construir as soluções (Graça Samo, Comunicação Oral em 23/10/2017).

A herança escravocrata, o colonialismo, a resistência popular: a luta pela independência do país e o protagonismo das mulheres em Moçambique

A ocupação do território moçambicano pelo colonialismo iniciou no século XV e foi se consolidando ao longo dos séculos. Segundo a historiadora moçambicana Benigna Zimba, as mulheres, devido à sua função reprodutiva tinham um valor mais alto no tráfico de pessoas. “A partir do momento em que a mulher tivesse um filho, assume-se que vai crescer e ser outro escravo. A mulher escrava, quando entrava no barco, tinha outros problemas, como ficar mais vulnerável a

todas as vicissitudes da viagem, a ficar sem água; se estivesse grávida, com um bebé pequeno, o nível de mortalidade e probabilidade de não chegar ao destino era maior” (ZIMBA, 2016, sp).

O papel da mulher na escravatura foi de coragem, segundo vários relatos coletados por Zimba (2016) “na medida em que ela não se faz de vítima”, desde o processo de captura, acabava por se entregar para evitar ser violada e violentada, para evitar que matassem seus filhos e seus maridos. Ela analisa que “há um papel vitorioso da mulher”, porque, quando os escravos eram vendidos, os comerciantes e os compradores batiam nos escravos, testando quem chorava (sendo este considerado era menos forte). Então, “A mulher, ao apanhar, acabou por arranjar uma maneira de chorar para dentro (sons guturais). Essa maneira de chorar fica até aos dias de hoje (...) chora pelo coração, chora sem berrar, chora sem dizer palavras”, avalia a historiadora (ZIMBA, 2016).

De acordo com Zimba, os portugueses foram cúmplices de outras nações na rede de tráficos de escravizados e criaram alianças internas para a captura de seres humanos: “Muitos de nós, moçambicanos, não sabemos que foram compatriotas que participaram e tiveram um papel crucial sem o qual os portugueses não tinham como caçar escravos. Já vimos que à frente das caravanas está sempre um africano. Há uma elite [africana] que beneficiou do comércio de escravos” (2016, s/p).

Falamos de um legado e esse legado é ideológico. Acabou a escravatura e o trabalho forçado, mas ficou uma mentalidade, e uma forma de submissão que é transmitida intrinsecamente de geração em geração - e isso até hoje, para determinados sectores sociais, ainda existe. A submissão não desaparece em 40 anos, a colonização mental não desaparece em 40 anos. Há sempre sequelas. Ao nível da mentalidade, de pensar, de sentir: a maneira como a pessoa [se] senta, anda. (ZIMBA, 2016, sp).

A Conferência de Berlim chancelou a divisão dos territórios africanos entre os impérios europeus, designando aos portugueses o que nomearam Moçambique, oficializando e aprofundando a exploração de corpos e territórios (riquezas naturais, força de trabalho de homens e mulheres). O colonialismo português negava aos colonizados quaisquer direitos, a opressão se dava sobre homens e mulheres que tinham somente a obrigação de reproduzir os sistemas de dominação colonial fascista.

Aqui abordo as diferentes formas que assumiu o enfrentamento de homens e mulheres em Moçambique, como a luta contra a exploração colonial portuguesa, a resistência ao impedimento da formação de movimentos políticos, o papel dos intelectuais, do movimento cultural e do artivismo (HEDGES e CHILUNDO, 1999). Parte da entrevista com a Diretora Executiva do FM, Nzira de Deus ilustra os efeitos do colonialismo na vida das mulheres e sua presença ainda hoje:

Não sei como posso trazer essa reflexão sem olhar o colonialismo como uma exploração, tudo que é opressão não vai trazer nada de bom, só reforça as diferenças, as desigualdades. Um grupo que vem colonizar o outro entra numa sociedade dando poder mais a um grupo do que ao outro. No caso de Moçambique a diferença entre homem e mulher sempre existiu e a colonização vai reforçar o poderio deste grupo masculino em detrimento do feminino. Eu não consigo identificar aspectos positivos do colonialismo (...) no tempo colonial as mulheres passavam muito mal, eram muito

oprimidas, eram muito violentadas, violadas então nem falo. Não tinham sequer palavra e hoje continuamos na mesma situação. Se o colonialismo é um processo de exploração, de expansão, de imperialismo que vem associado ao capitalismo, de retirada de recursos eu hoje vejo isso a acontecer também com as grandes companhias chegando aqui para tirar riqueza ou explorar os nossos recursos. No fim do dia, quem está sofrer nesse processo todo são as mulheres, porque quem de fato trabalha a terra e produz alimentos são as mulheres. E é delas que a terra está sendo tirada e sendo negociada com quem? Com os homens: é de homem para homem, de cavalheiro para cavalheiro. As senhoras não estão no espaço da negociação e se formos olhar para a história é mesma coisa (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

O período do Estado Novo em Portugal (1945-1961) influenciado pelo fascismo endureceu o colonialismo, intensificou a exploração, a repressão e a utilização do confronto direto, da violência e das armas em Moçambique. A “repressão política fascista” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 97) tentou impedir as organizações anti-coloniais, utilizando táticas de cooptação para envolver a elite moçambicana e evitar o surgimento de uma plataforma anti-colonial comum entre a pequena burguesia (de diferentes origens sociais e raciais) e os extratos sociais mais explorados (idem).

O recurso à violência (física e simbólica) era parte integrante do aparelho, mas mesmo diante dessa opressão os trabalhadores não se renderam, organizando a resistência. Quando o regime salazarista entrou na defensiva, o controle da atividade política se deu por meios mais sofisticados e camuflados de fiscalização do trabalho. Mas “o rigor da repressão, a intensificação da exploração rural e das barreiras raciais no trabalho, a crescente divisão e alienação das terras em benefício dos colonos e a discriminação religiosa” (Idem, p. 97) inspiraram a revolta, o que implicou em diferentes reações e formas de contestação, constituindo a resposta moçambicana à situação colonial.

Teixeira (2009, p.5082) afirma que “A contestação ao regime colonial português e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência foram não raro protagonizados por mulheres em Moçambique, e a sua inclusão nos estudos de gênero sustenta-se na necessidade de reconhecer o seu papel interventivo no processo histórico”, desafiando a contextualizar social e culturalmente a análise da condição da mulher africana.

A resistência ao regime colonial persistiu com greves encabeçadas pelos/as trabalhadores/as das açucareiras, dos caminhos de ferro, com motins nas pedreiras, protestos etc. Foram ações motivadas pelos acontecimentos internacionais com informações transmitidas por rádio, encorajando os oponentes ao regime colonial. As mulheres protagonizaram protestos como a greve ao cultivo forçado do algodão, em 1947 (TEIXEIRA, 2009).

A autora ressalta que nesse período a força de trabalho das mulheres foi imprescindível na agricultura devido ao deslocamento dos homens para o trabalho estatal, às companhias concessionárias e à migração para as minas de ouro na então Rodésia (atual Zimbábue) e na África

do Sul. O cultivo forçado de algodão, sisal e tabaco passa a ser feito por mulheres nas províncias de Tete, Zambézia, Sofala e Manica.

A resistência às culturas forçadas (*chibalo*) e ao empobrecimento manifestou-se em diversas regiões do país, tendo as mulheres um protagonismo na resistência (HEDGES e CHILUNDO, 1999; TEIXEIRA 2009). A agência das mulheres esteve presente na organização de turnos de distribuição do trabalho algodão através de uma rede de apoio mútuo chamada *mafunana*, o que permitiu a manutenção das machambas para o sustento próprio.

As formas de resistência às culturas forçadas eram diversas, por vezes silenciosas e sutis⁷: como cozinhar clandestinamente as sementes, semear e queimar fora do prazo indicado e cultivar áreas menores do que as estipuladas pelo regime. A resistência incidiu, igualmente, “contra os baixos preços oferecidos nos mercados e através da recusa em transportar o algodão em grandes distâncias, à cabeça, para o mercado” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 211). Também ocorriam fugas para as zonas onde a administração colonial era menos eficiente e conseqüentemente menos violenta, assim como a participação nas lutas de trabalhadores/as em territórios vizinhos, favorecendo a troca de experiências e de estratégias de luta.

Somavam-se a essas táticas os encontros clandestinos para organizar a resistência, principalmente em relação ao cultivo forçado de algodão. Esse movimento nomeou-se *mfluxe-mfluxe*, que na língua Tsonga significa “coisa desconhecida que anda de noite” (Idem, p. 212). A comunicação entre ativistas era feita por mensageiros/as de confiança e caso as formas de resistências cotidianas não dessem resultados eram organizadas manifestações.

Parte da reestruturação do colonialismo alicerçou-se na urbanização crescente (TEIXEIRA, 2009), trazendo desafios às posições tradicionais das mulheres, especialmente sua ligação com a agricultura.

A exploração por parte das autoridades coloniais portuguesas, a necessidade de devolver o valor do *lovolo*, no sentido de pôr fim ao casamento, ou a perspectiva de alterar a sua condição financeira, conduziu a vários movimentos migratórios de mulheres para as cidades, designadamente para a capital, então Lourenço Marques. Estas deslocações em massa tiveram início nos primeiros anos da década de 1940, sendo que muitas mulheres se viram obrigadas a recorrer à chamada “economia paralela”, experienciando uma precariedade em muito resultante do fraco investimento na educação por parte da governação colonial (TEIXEIRA, 2009, p. 5082).

A contestação cultural colocou obstáculos aos valores impostos pelo regime português, a partir de uma estratégia de reformulação e resistência da cultura, valorizando os contos narrados em ambientes familiares, as músicas e canções dos trabalhadores nos campos e nos portos, a dança, as

⁷ As ações de resistência das mulheres nos levaram a relacionar esses fenômenos com o estudo “Formas cotidianas da resistência camponesa” do americano James Scott (2002), que fez uma etnografia entre 1978 e 1980, em uma vila da Malásia. Ele analisa uma tentativa de boicote - protagonizado por grupos de mulheres que transplantavam mudas de arroz – aos proprietários que contrataram colhedeiras automáticas para substituir o trabalho manual.

artes plásticas, a pintura, a literatura oral e escrita, constituindo formas de crítica social e de protesto utilizando-se das línguas locais.

“Estas formas de expressão foram as mais viáveis, porque, eram, geralmente, imunes à censura colonial, por serem, em grande medida, incompreensíveis ao colonizador, que menosprezava a língua e a cultura do povo” (HEDGES e CHILUNDO, 1999, p. 222). Na literatura destacou-se a presença da poetisa Noémia Sousa como representante de uma nova geração surgida nos anos 1940, que somou sua intelectualidade à contestação, com poemas como “Se quiseres me conhecer”:

Se quiseres compreender-me
vem debruçar-te sobre minha alma de Africa,
nos gemidos dos negros no cais
nos batuques frenéticos dos muchopes
na rebeldia dos machanganas
na estranha melancolia se evolvendo...
duma canção nativa, noite dentro...
E nada mais me perguntes,
se é que me queres conhecer...
Que eu não sou mais que um búzio de carne
onde a revolta de África congelou
seu grito inchado de esperança (2016, p. 40-41).

A pesquisa de Isaacman e Stephan (1984) identifica o aumento da opressão feminina durante o período colonial - pois elas trabalhavam mais do que os homens - e reforçada pelas práticas de subalternização das mulheres. Nas leis consuetudinárias elas não eram consideradas pessoas e na legislação colonial não tinham proteção. Isso levou a disseminação de padrões culturais de submissão aos homens e à forte influência do cristianismo, resultante da aliança entre os estados coloniais e a Igreja (MONDLANE, 1995; ZIMBA, 2003), com implicações no período contemporâneo.

As diferentes formas de organização e os desafios dos movimentos de mulheres na luta armada e no período pós-independência

Moçambique conquistou sua independência de Portugal em 25 de junho 1975⁸, após dez anos de Luta Armada de Libertação Nacional (LALN), movida contra o governo colonial português pela FRELIMO⁹. As mulheres tiveram um protagonismo nas frentes de batalhas, através do Destacamento Feminino (DF), criado em 1967 (CASIMIRO, 2014; TEIXEIRA, 2009; OMM s/d; ISAACMAN e STHEPHEN, 1984). Um contingente importante de mulheres foi agente da revolução moçambicana e estimulou a integração feminina no período pós-independência no âmbito da vida política,

⁸ A independência política de Moçambique foi negociada entre a FRELIMO e o Governo português e firmada no acordo de Lusaka em 07/09/1974.

⁹ A formação da FRELIMO num encontro realizado em 25/06/1962, em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, resultou de um processo complexo de fusão dos movimentos nacionalistas, como a União Democrática Nacional de Moçambique (UNEDAMO), a *Mozambique African National Union* (MANU) e a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) (NGOENHA E CASTIANO, 2007).

econômica, social e cultural do país, resultado da sua participação em questões políticas desde o enfrentamento ao regime colonial (ZIMBA, 2003; CASIMIRO, 2014).

As organizações que aderiram à LALN informavam e mobilizavam os camponeses quanto às intenções da FRELIMO e da guerra, incentivando-os a cultivar para alimentar o exército, assim como transportar armamentos e outros bens por longas distâncias. Nessas atividades as mulheres tinham uma presença fundamental, como conta a ex-combatente Hauwa Subed:

No começo, eram principalmente os homens que tomavam parte da guerra. As mulheres continuavam a trabalhar nos seus campos. Mas, depois, começávamos cada vez mais a tomar consciência de que as mulheres não se deviam pôr a parte. Esta luta era de todos. Foi então que começamos a formar o nosso grupo de milícias. A viagem, da fronteira da Tanzânia até a base, com todo o equipamento à cabeça, podia-se fazer em seis ou sete dias, mas quando encontrávamos os colonialistas, podia durar um mês. Havia minas nos caminhos, havia emboscadas, e as nossas cargas eram tão pesadas!! Às vezes chorávamos, chorávamos... (OMM, s/d, p. 15-17).

Figura – **Mulheres na luta de libertação à frente do Destacamento Feminino**



Fonte: OMM, s/d, reprodução de imagem, p. 17 e p. 97.

De acordo com Casimiro (2014) a FRELIMO foi um dos poucos movimentos nacionalistas no continente africano que defendeu a emancipação da mulher simultaneamente à luta pela libertação do jugo colonial. O comunicado da I Conferência das Mulheres Moçambicanas (I CMM), em 1973, situou a mulher no contexto internacional, frente a situação de outros continentes, impedidas de participar na vida política e confinadas à vida doméstica. Ao mesmo tempo enfatiza as implicações do encontro entre o patriarcado colonial e local: “é em países como o nosso, onde concepções tradicionais sobre a submissão da mulher e concepções colonialistas se combinaram ou justapuseram, que esta opressão e exploração atingem graus mais extremos” (I CMM, 1973).

O sistema colonial havia agravado a situação interna das mulheres, submetidas a uma concepção dominante no sistema tradicional que as inferioriza com as práticas do *lovolo*¹⁰ - que as

¹⁰*Lovolo* é a grafia oficial changana para lobolo, que é a palavra local para designar “o preço da noiva”. É um ritual através do qual a família da noiva é recompensada economicamente pela passagem da mulher e dos seus filhos para a família do marido (TEIXEIRA, 2009; MAÚNGUE, 2015)

coloca como objeto de compra e venda -, a poligamia e os casamentos forçados e prematuros. Essas práticas são consideradas um obstáculo à sua integração na luta de libertação, pois as condiciona à vida doméstica, a servir aos maridos ou ao trabalho agrícola, impedindo-as de participar nas tarefas políticas culturais e sociais (I CMM, 1973). Esses desafios estão presentes na luta do FM ainda hoje, como relata o depoimento:

Para nós a cultura é dinâmica em todo lado do mundo (...) a cultura cimentada, a cultura negativa não é cultura. A cultura que fere meu direito não pode ser cultura. A cultura que me subjuga, que me discrimina, que só funciona para me oprimir não pode ser cultura, não pode ser algo que eu aceite na minha sociedade, na minha comunidade. A cultura tem que ser justa, não pode criar danos físicos, emocionais, essa é uma cultura machista. Queremos uma cultura que mude, porque a cultura é dinâmica. Nós propor a mudança da cultura, substituir elementos e práticas por práticas positivas e ter uma cultura mais harmoniosa na nossa sociedade e não uma que faz uma menina de 10 anos fugir de casa por ter medo de casar com um indivíduo de 40 anos. Cultura não pode estar só em volta da mulher a prejudicá-la. Até hoje e estamos na África tentando mapear onde é que estão os aspectos positivos da cultura, por que se não tiver, não funciona (Nzira de Deus, entrevista em 13/01/2017).

Depois da independência, “a mulher é percebida e representada, em primeiro lugar, pelo seu papel de mãe” (LOFORTE, 2003, p. 54), resultado da condição histórica das mulheres como atrizes invisíveis também em Moçambique. Apesar dessas ambiguidades o posicionamento da mulher moçambicana no contexto pós-colonial foi profundamente alterado (TEIXEIRA, 2009) devido à sua conscientização e agência política ser um dos objetivos centrais do governo da FRELIMO.

No entanto, o fim da condição de subalternidade africana (Spivak, 1985) em Moçambique, como consequência do fim da presença colonial, não erradicou uma hierarquização de gênero, que resultou parcialmente do que consideramos ter sido uma colagem de um modelo de governação marxista-leninista a uma realidade social, política e cultural extremamente complexa e heterogênea. É, aliás, bem conhecido o debate entre as correntes do feminismo e a teoria marxista-leninista que, no seu enfoque na primazia do capital e na subalternização generalizada dos trabalhadores, negligenciou a condição da mulher (TEIXEIRA, 2009, p. 5088).

No âmbito das relações de gênero, o Programa de Reconstrução Nacional do Governo (PRN) da FRELIMO, baseava-se nos ideários e agenda da OMM que pretendia eliminar as práticas tradicionais, como o *lovolo*, a poligamia e os ritos de iniciação, pois considerava que acentuavam a discriminação das mulheres. Entretanto há controvérsias sobre a ausência de uma negociação com a base social acerca das transições em relação a essas práticas, onde “foram, assim, negligenciadas redes de apoio mútuo entre mulheres, incentivadoras da sua própria construção dos papéis a desempenhar na família” (TEIXEIRA, 2009, p.5086).

O processo revolucionário estimulou a participação e, posteriormente, a eleição de muitas mulheres para cargos públicos em âmbito nacional, ocupando assim espaços de poder e decisão, ainda

que nas esferas distritais haja uma baixa participação¹¹. Entretanto, o aparelho de Estado cooptou quadros da FRELIMO que mantiveram as estruturas herdadas do sistema colonial, com práticas autoritárias e um modelo de desenvolvimento que caminhou para a estagnação econômica (CASIMIRO, 2014). O projeto nacional, de orientação marxista-leninista aderiu ao FMI e ao BID, trocando a construção do socialismo pelo receituário neoliberal.

Os 16 anos de guerra civil (1976-1992) que envolveram a Frelimo e os militares da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) foram avassaladores para a construção do Estado moçambicano e a recuperação da vida do seu povo. O livro “Eu Mulher em Moçambique” organizado por Ana Elisa Afonso (1994) foi escrito nesse cenário de guerra e resulta de esforços de várias autoras que refletem sobre o sofrimento, os esforços e os desafios enfrentados nesse período, reunindo textos resultantes de reflexões realizadas em encontros sobre “Mulheres e Desenvolvimento”.

Moçambique vive uma realidade de (re) construção do Estado e da vida das pessoas, que é um mosaico dos processos devastadores que viveu na sua história de escravização, colonialismo, lutas de libertação, guerras civis e neocolonialismo. Ainda que alguns estudos considerem que o país teve uma história de sucesso no sentido da construção da paz e do desenvolvimento, observa-se um estado de guerra permanente, um processo democrático frágil e sob constante ameaça. Atualmente está em alerta devido aos conflitos internos em algumas regiões do país, promovidos pela rivalidade entre a Frelimo e a RENAMO e também por grupos islâmicos que atuam ao norte do país com rebeliões e focos de violência. A ativista Nzira de Deus descreve como a situação afeta a vida das mulheres:

Depois da guerra o contexto de violência tinha terminado, as armas tinham silenciado no país, mas nas casas continuava a existir muita agressão, muita violência. Então não havia uma paz efetiva. Se celebrava a assinatura da paz, mas era uma euforia que as mulheres não estavam a sentir, porque havia muita violência psicológica, econômica e muita agressão física para com elas. Foi um contexto de chegada de apoio internacional e os parceiros começaram a se interessar em dar apoio ao desenvolvimento, a reconstrução do país. Esse apoio fortaleceu as organizações da sociedade civil e junto chegou a agenda de gênero, dos direitos da mulher (Idem, entrevista em 13/01/2017).

Essa fase da guerra, ainda em andamento, tem sido marcada pela implementação do neocolonialismo (PRAT, 2008; NGOENHA E CASTIANO, 2007), caracterizada pela tomada das decisões políticas pelos “de fora”, ou seja, por agências econômicas e monetárias, utilizando-se “os controles sobre o comércio exterior e sobre os bancos” (PRATT, 2008, p. 34). De acordo com Loforte (2003), nesse contexto um Estado-nação tem todas as obrigações, mas não tem autoridade para decidir questões políticas ou econômicas. Isso implica numa crise de pertencimento à sociedade, que constitui o problema cultural da neocolônia, levando à privação das liberdades, utilizando para isso o âmbito

¹¹ No âmbito da Assembleia da República (AR) a representação é de 39%, mas no local, dos 53 municípios do país, cinco são governados por mulheres, muito aquém de alcançar o protocolo de paridade de gênero que Moçambique comprometeu-se a atingir até 2015 (Sheila Mandlhate, entrevista em 18/12/2017).

jurídico-legal e os marcos das normas e tradições, sendo as mulheres as mais penalizadas com políticas de controle sobre os destinos de suas vidas e corpos.

Mulheres heroínas e suas lutas junto ao Estado moçambicano

A promulgação da Constituição da República em 1990 definiu no seu Artigo 1º que Moçambique é um Estado de justiça social, abrindo uma nova fase de luta pela igualdade de direitos entre os/as cidadãos/ãs. Segundo a moçambicana Amélia Bazima (1992), a nova ordem jurídica consagra o princípio universal da igualdade do homem e da mulher na ordem jurídica. A CR garantiu direitos às mulheres no Artigo 7º, sobre a igualdade do direito ao trabalho (Artigo 29º), igualdade de direitos e deveres para ambos os sexos (Artigo 30º), a defesa do país como um dever central para ambos os sexos (Artigo 57º). No geral apóia a emancipação da mulher, valoriza e encoraja sua presença na defesa da pátria e em todas as esferas da atividade política, econômica, social e cultural do país (MOÇAMBIQUE, 1990; BAZIMA, 1992).

Para o antropólogo Cristiano Matsinhe (2005) a complexidade desse período foi o prelúdio da falência oficial do sistema socialista totalitário que interpenetrou as instituições do Estado que apostavam nas “Organizações Democráticas de Massas” para as ONGs e revela a aproximação e a adesão a modelos de organizações sociais vigentes nos sistemas liberais. “A progressiva admissão das ONGs e a omissão/exclusão do Partido Frelimo, como “guia orientador” até nos programas de combate à SIDA, reflete a conjuntura de mudanças e incertezas que caracterizaram Moçambique nesse período, no que concerne à sua linha de orientação político-ideológica (Idem, p. 46).

Essas políticas de ajuste estrutural levaram ao desmantelamento do um embrião de um Estado de bem-estar social, considerado economicamente incapaz de promover o desenvolvimento. Surgiram Organizações da Sociedade Civil para contribuir com a governança, realizando pressões e controle sobre as instituições do Estado. Parte delas eram financiadas por recursos internacionais intermediados por ONGs e motivadas pela imposição da ajuda externa ao desenvolvimento do país.

O protagonismo das mulheres numa primeira fase do período pós-independência em Moçambique estava conectado a uma agenda dos novos movimentos sociais em âmbito transnacional, centrada no enfrentamento à globalização capitalista, voltados à superação da exclusão e a promoção de práticas de gênero emancipadoras. O início dos movimentos pela emancipação das mulheres tem raízes nesses processos históricos, encontrando um campo fértil na luta anticolonial, perdurando no período pós-independência, revelando a dificuldade dos políticos nacionalistas em aceitarem as mulheres nas frentes de lutas e em cargos de poder e decisão (CASIMIRO, 2014).

De acordo com a autora, as organizações de mulheres em África precisam ser analisadas de forma ampla, buscando na história o contexto das organizações tradicionais de mulheres, o quadro de participação na luta armada e o processo de chegada das ONGs. Casimiro (2014) considera

importante ainda os aspectos sociais, político, econômicos, culturais, ideológicos e psicológicos, as dimensões objetivas e subjetivas das mulheres moçambicanas e das organizações estudadas, buscando as raízes no período da pré-colonial, na luta contra o sistema escravagista, no período colonial, na organização da resistência armada, na ação da FRELIMO, no período pós-independência, chegando à atualidade e à resistência ao neocolonialismo.

O movimento de mulheres em Moçambique conhece ritmos diferentes, desde os anos 1960, estando hoje num processo de transformação, através das práxis política, sendo de destacar as respostas do Estado a tal ativismo, através de mecanismos políticos e legais que, se por um lado, abriram espaços para diferentes tipos de participação, também bloquearam ou dificultaram os espaços públicos, conquistados pelas mulheres. Neste sentido, é possível ver como as diversas organizações engendram respostas diferentes, procurando algumas aliar-se aos partidos ou ao governo, e outras, construir plataformas de solidariedade, através do reconhecimento do que as mulheres podem trazer para estas plataformas, a partir das práxis do seu ativismo. O papel do Estado tem sido, pois, contraditório, na medida em que cria as condições para o processo de democratização mas, ao mesmo tempo, considera subversivas as organizações que não o apoiam abertamente, alicia outras, apoia movimentos conservadores no sentido de neutralizar o movimento progressista de mulheres e, aprova projetos econômico-sociais, que excluem camadas crescentes da população (CASIMIRO, 2014, p.332).

A autora aponta que após a independência, surge em 1973 a OMM, organizada nacionalmente e com capacidade de mobilizar as mulheres para integrá-la nas tarefas de reconstrução do país. A estreita ligação da OMM com a Frelimo e com a ideologia marxista-leninista contribuiu para politizar o posicionamento social e cultural das mulheres, atribuindo às moçambicanas um protagonismo, ainda que marcado pela divisão sexual da atividade política.

O empenho da Frelimo e da OMM resultaram em políticas sociais para incentivar a participação feminina na atividade política, como as creches, a nomeação de Graça Machel como Ministra da Educação e uma ocupação significativa de quadros femininos no Comitê Central¹² (TEIXEIRA 2009).

Em 1980 foi criada a União Geral das Cooperativas Agropecuárias de Maputo (UGC) para resolver os problemas de alimentação da população urbana e gerar renda às famílias desempregadas e sem terras, apresentando uma agenda de políticas públicas para a agricultura e para a assistência técnica à produção anual nas machambas, em diálogo com outros movimentos sociais.

Essas organizações do período revolucionário tem um perfil "com características endógenas, fruto de necessidades do movimento de libertação ou por grupos específicos de mulheres, distinguindo-se das organizações criadas no período que se segue à imposição do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) em 1987" (CASIMIRO, 2014, p. 240).

¹² Em 1991 foram 57 de mulheres a ocupar cargos, num total de 160 integrantes.

Novas organizações surgiram a partir de 1990, período marcado por mais autonomia dos movimentos populares em relação ao Partido Frelimo, como a MULEIDE em 1991, que tem como foco a defesa e consolidação dos direitos das mulheres, envolvendo movimentos, governos e ONGs¹³. O surgimento de associações de mulheres está relacionado a vários aspectos da história de Moçambique no século XX, sobretudo nas últimas quatro décadas.

Algumas das organizações surgiram num ambiente neoliberal de crítica do Estado pós-independência, por este não ter promovido o desenvolvimento dentro das expectativas e das necessidades da sociedade. Outras surgiram por iniciativa de grupos com necessidade de se organizar para resolver questões concretas de sobrevivência, que mostraram mais eficazes na luta pelo desenvolvimento a nível micro e local (CASIMIRO, 2011, 2014; ROSÁRIO, 2010).

Essas organizações são diversas quanto aos seus objetivos, diversidades de integrantes, têm diferentes regiões de atuação assim como de programas de trabalho. As agendas/pautas nesse período estão voltadas para os direitos humanos, combate à violência, questões de sobrevivência econômica, bem-estar social, desenvolvimento da família, terra, educação, saúde, habitação, emprego, desenvolvimento comunitário, abastecimento de água, divisão sexual do trabalho, identidade feminina, relações sociais e de poder (DEUS ET AL, 2011; CASIMIRO, 2011; LOFORTE, 2003).

O FM se enquadra na perspectiva teórica dos novos movimentos sociais, pois reúne movimentos de mulheres e feministas para construir redes, alianças e coalizões com as variadas dimensões e diferenças de classe, cor da pele, etnia, língua e outras identidades (PISCITELLI, 2008; SAFFIOTI, 2003; CASIMIRO, 2014). Suas ativistas constroem ações coletivas para reivindicar junto ao Estado políticas públicas e mudanças na legislação, assim como a ampliação das estruturas de tomada de decisão e tem em comum a luta pela liberdade e a igualdade das mulheres moçambicanas (CASIMIRO, 2011). Embora as leis tenham estabelecido a igualdade, o depoimento da ativista da ASCHA evidencia as contradições entre elas e a realidade:

E dizer que aqui em Moçambique a nossa sociedade ainda é muito machista, que olha mais para os deveres do que para os direitos. A rapariga é vista como um objeto, uma pessoa que não tem direitos. Apenas deve cumprir e nada deve ser... Como posso dizer, há uma grande diferença entre o homem e a mulher. A desigualdade de gênero ainda vive na nossa sociedade. Como sempre digo, o colonialismo acabou, mas a escravatura ainda permanece, os homens com poder e as mulheres, as mal vistas pela sociedade. Nós queremos uma sociedade com igualdade, onde as raparigas e os homens tenham as mesmas oportunidades (Manu, GF Ascha, 22/09/2017).

O FM se organiza em uma rede composta por 94 membros (organizações), sendo que 50 são membros efetivos e 44 não efetivos. . Destas, conhecemos, acompanhamos e entrevistamos

¹³ Entre suas ações destaca-se a troca de experiências nas áreas de educação legal, reforma política, serviços jurídicos, a promoção de direitos civis como instrumentos de organização, a investigação de problemas legais e a implantação de uma rede regional de emergência às violações das mulheres (MACHAVA E NOA, Entrevista 2017).

integrantes de 12 organizações, que são tipificadas em associações, organizações comunitárias de base, fóruns, organizações nacionais e internacionais, agências, organizações governamentais e não governamentais, organizações religiosas, ligas de partidos políticos, organizações camponesas, operárias, empresárias, cooperativas e sindicato, contando com a presença de mulheres e de homens. As mulheres ligadas às organizações do FM tem um perfil diversificado, incluindo adolescentes, jovens, camponesas, sindicalistas, jovens feministas, viúvas, acadêmicas, comunicadoras, magistradas, empresárias, trabalhadoras informais, domésticas, do sexo, mulheres lésbicas/trans., comunidade LGBT entre outros segmentos.

O FM localiza-se no centro da rede, para onde se dirigem as entidades de base e de onde partem essas organizações, conforme pode ser visto na ilustração a seguir.

Figura - Representação da Rede Fórum Mulher e organizações pesquisadas



Fonte: Vera Gasparetto, 25/09/2018.

A ilustração mostra uma organização em “rede”, no sentido elaborado por Scherer-Warren (2012, p. 25) ao referir-se à articulação entre várias atrizes e organizações que se articulam a partir da identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos e projetos em comum. “Em outras palavras, o movimento social, definido enquanto uma rede de caráter político, pressupõe a construção de uma identidade coletiva ou identificação grupal, a definição dos conflitos, de adversários ou opositores e um projeto de utopia de mudanças”.

Verifiquei uma identidade entre a Rede do FM e o conceito de Scherer-Warren, pois na organização em redes o associativismo, ONGs, e associações locais, organizações feministas, ecológicas, étnicas, movimentos sociais de base locais, regionais e transnacionais necessitam se articular com outros grupos com identidade social ou política. Dessa forma ganham potência e

visibilidade para produzir ações que irão impactar a esfera pública na busca de políticas públicas e conquistas para a cidadania (2012, p. 26)

É possível observar que a organização do FM é a “cabeça de rede” onde se articulam as organizações de base, tendo essas a responsabilidade de articulação das políticas decididas coletivamente no âmbito local, levando a agenda “para fora”, fazendo a relação com a sociedade. Deus (2017) observa que há uma necessidade de desenvolvimento institucional na gestão do FM, ampliando a democracia interna no processo decisório e dando transparência e visibilidade às decisões tomadas, para que beneficiem as mulheres da base. Para que essa articulação seja efetiva os meios digitais, as redes sociais e a internet tem favorecido a comunicação e o trabalho em rede, com o uso de *e-mail*, *site*, *Facebook*, *Whatsapp*, também, reuniões e assembleias presenciais.

Percebo que as organizações do FM que acompanhamos atuam em eixos distintos, mas complementares entre si, baseando-me na análise da socióloga brasileira Ilse Scherer Warren, que vê nas dinâmicas das mobilizações políticas de redes da sociedade civil três dimensões¹⁴: as condições materiais de existência, as condições simbólicas da reprodução social e as condições políticas necessárias para as mulheres serem protagonistas dos processos emancipatórios.

Se observarmos o bloco superior do quadro notamos que ali estão as organizações AMUEDO, COMUTRA, FOMMUR, AMUDEIA, AMPCM, mais voltadas para as questões do trabalho, da terra, da geração de renda, empoderamento econômico, produção das condições materiais de existência, valorização do emprego e do salário e implementação de leis do trabalho e do regulamento do trabalho doméstico. Buscam a organização do trabalho informal em cooperativas e associações para que possam mutuamente ampliar as redes de produção e comercialização. Elas têm uma ênfase de atuação na dimensão das condições materiais de existência (SCHERER-WARREN, 2012, p. 96), que compreende as lutas contra a desigualdade, pobreza, desemprego, hierarquias, segregação espacial, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, remetendo ao lema “pão e território”. Ainda assim somam-se à luta pelo combate à violência, ao patriarcado e promovendo o empoderamento da mulher para que ela seja dona do seu corpo e de sua vida. Também tratam com questões interseccionais enfatizando relações de poder, etnia, classe, território e sexo/gênero.

No bloco inferior estão concentradas as organizações MULEIDE, HIXIKANWE, ASCHA, MOVFEMME, LAMBDA, que desenvolvem ações no âmbito das condições simbólicas da reprodução social (SCHERER-WARREN, 2012), voltada para lutas contra normas sociais, tradições, estigmas, discriminações, desvalorização pessoal e coletiva e pelo reconhecimento social e cultural. Elas atuam na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, a questão do direito ao corpo, a educação/formação de mulheres, raparigas, grupos LGBTT, mas também das comunidades/grupos

¹⁴ Essas três dimensões tem similaridade com a análise de Fraser (2007) e as categorias de redistribuição, reconhecimento e participação, criadas pela autora.

onde se vivem e se inserem. Suas ações consideram questões interseccionais onde se ressaltam aspectos geracionais, étnicos, territoriais, sexo/gênero, sexualidade, orientação sexual.

Considerações Finais

Esse trabalho tentou identificar e descrever as metodologias, estratégias de luta política e ações de mobilização pública que os movimentos de mulheres e feministas em Moçambique utilizam para negociar, tensionar e garantir a implementação das pautas e demandas pelos direitos humanos das mulheres, que incluem o direito ao próprio corpo, à cidade, ao trabalho, à terra e ao reconhecimento da sua contribuição social e econômica, tanto no espaço público como no privado.

As denúncias ao colonialismo e seus efeitos perdura ainda hoje nas músicas, museus, documentários, filmes e na literatura. Também está presente nas formas de ação de organizações como a Associação Sócio Cultural Horizonte Azul, que tem como método de atuação junto ao seu público - formado por meninas e jovens - a arte para educar e protestar.

As ativistas fazem discursos críticos e contundentes (de confronto e denúncia da ausência da implementação de políticas), mulheres que ocupam lugares contraditórios que são os espaços de poder que por vezes são negados a elas. São lutas duplas: uma para chegar lá e outra para lá permanecer e fazer os embates necessários. Algumas mulheres superam as suas próprias expectativas e são legitimadas enquanto lideranças no meio político do ativismo e na representação política.

Por vezes são lutas para tirar o “silêncio do silêncio”, puxar processos da invisibilidade, tirar máscaras, que às vezes parecem bonitas, mas escondem processos destrutivos, como a rígida distinção entre o público (fala e poder dos homens) e o privado (espaço da mulher, mas sob a tutela masculina), que preserva o poder masculino em ambos espaços.

As raparigas e mulheres ligadas aos movimentos que tem um caráter mais juvenil questionam o controle sexual e eclesiástico, que tem alianças que perduram há décadas. Uma ação para mostrar que elas querem mudança foi comparecer para votar nas eleições autárquicas 10 de outubro de 2018 com blusas de alça, o que no dia-a-dia são impedidas de vestir para ingressar em espaços da estrutura do Estado.

No âmbito legal há uma agenda que prioriza a criação de normas leis e direitos e uma agenda que luta pela implementação das leis e direitos criados. Nos pareceu que um dos desafios para os movimentos é encontrar outras alternativas para além da judicialização para salvaguardar o direito e o seu cumprimento. A promoção da cidadania passa por levar ao conhecimento da sociedade quais são os direitos, onde eles estão e o que fazer para acessá-los, o que também passa pela educação.

Do ponto de vista da teoria “política”, “democracia” e “cidadania” deveriam andar juntas, mas há uma impossibilidade da democracia no capitalismo. A democracia tendo seu viés nos processos eleitorais (modelo representativo) e participativo (onde a cidadania delibera), ao priorizar os

interesses de poucos (a burocracia e o ajuste econômico) irá também focar na representação, que é pouco efetiva em termos de garantir os direitos humanos universais.

Nossa intenção é contribuir com reflexões e proposições que emergam dessas ações e possam circular nos ambientes dos ativismos, nos espaços acadêmicos e junto a agentes de políticas públicas, de modo a produzir reflexões sobre o protagonismo das mulheres e seu exercício de cidadania em Moçambique e que lições podemos tirar no Brasil.

REFERÊNCIAS

- CASIMIRO, Isabel. **Movimentos sociais e movimentos de mulheres**. COSDERIA, 13ª Assembleia Geral: A África e os desafios do século XXI. Marrocos 5-9 dez. 2011. Disponível em: <http://www.general.assembly.codesria.org/IMG/pdf/Isabel_Maria_Casimiro-2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- _____. **Paz na Terra, Guerra em Casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique**. Série Brasil & África-Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 2014.
- DEUS, Nzira Sofia Razão de ET AL. **Movimento Feminista em Moçambique**. Nawey, out. 2011. Disponível em: <http://www.nawey.net/wp-content/uploads/downloads/2014/07/Movimento_Feminista_em_Mo%C3%A7ambique.pdf>. Acesso: 22 ago. 2016.
- HASSIM, Shirren. **Voices, hierarchies and spaces: Reconfiguring the women's movement in democratic South Africa**. South African Journal of Political Studies, Volume 32, 2005.
- HEDGES, David, CHILUNDO, Arlindo. **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961**. Volume 2. UEM: Imprensa Universitária, 1999.
- KABUNDA BADI, Mbuyi. **África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas**. Revista Theomai, N. 17, 2008.
- LOFORTE, Ana. **Gênero e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique**. Lisboa, Ela por Ela, 2003.
- MAMA, Amina. *Gains and Challenges: Linking Theory and Practice*. Women's World's Congress: Keynote Address presented at opening ceremony, Makerere University, July 21st 2002.
- MATSINHE, Cristiano. **Tábula Rasa – Dinâmicas da Resposta Moçambicana ao HIV/SIDA**. Texto Editores: Maputo, 2005.
- MBILINYI, Marjorie. **Transformative Feminism in Tanzania: Animation and Grassroots Women's Struggles for Land and Livelihoods**. Data de publicação on-line: maio 2015. OXFORD HANDBOOKS ONLINE (www.oxfordhandbooks.com). (c) Oxford University Press, 2015.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial – Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2010.
- MCFADDEN, Patricia. **Tornamo-nos feministas africanas contemporâneas: histórias femininas, legados e os novos imperativos**. Série Diálogo Feminista, FES e Fórum Mulher, nov. 2016.
- MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Maputo: Assembleia da República (AR), 1990. Disponível em: <https://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_%28as%20amended%29_pt.pdf> Acesso em: 15 set. 2018.
- NHAMPOCA, Joaquim. Os três C's da África e a desconstrução do rótulo. In: **Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola**. BOAVENTURA, Ilka e SEVERO, Cristine (orgs.). Editora Edgard Blücher Ltda, 2016, p. 417-426.
- PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263-274. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/4295>>. Acesso em: <20 jun. 2016>.

ROSÁRIO, Lourenço do. **Moçambique: história, culturas, sociedade e literatura**. Ed. Nandyala: Belo Horizonte, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência estrutural e de gênero - Mulher gosta de apanhar? In **Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher – Plano Nacional: diálogos sobre violência doméstica e de gênero: construindo políticas públicas**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília: A Secretaria, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

SOUSA, Noémia. **Sangue Negro**. Vozes da África, São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

TEIXEIRA, Ana Luísa. **A construção sociocultural de ‘gênero’ e ‘raça’ em Moçambique: continuidade e ruptura nos períodos colonial e pós-colonial**. ISCTE – Centro de Estudos Africanos - 6º Congresso SOPCOM – abril 2009.

ZIMBA, Benigna. **A escravatura não desaparece com tratados**. Moçambique: 09 jun. 2016. Público.Pt, v. 20, n. 37, p. 5-8, 14 set. 1988. Entrevista concedida a Joana Gorjão Henriques. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/mocambique-a-escravatura-nao-desaparece-com-tratados-1729884>. Acesso em 04 set. 2018.

Entrevistas e Fontes

Conferência Triangular dos Povos: Brasil – Moçambique – Japão: Não ao ProSavana. Maputo, 23 e 24 de outubro de 2017.

DEUS, Nzira de. Entrevista FM [13 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:44:27 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

FOMMUR. Reunião das Mulheres Camponesas com representação do Ministério da Agricultura, para debater a legalização dos Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Maputo, 28/09/2017.

GRUPO FOCAL (GF) ASCHA. [22 set. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (00:56:31 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).

MACHAVA, Rafa e NOA, Clotilde. Entrevista MULEIDE [17 jan. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivos .m4a (01:32:54 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

MANDLHATE, Sheila E MPFUMO, Júlia. Entrevista FM [18 dez. 2017]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (0:42:24 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (LC).

SAMO, Graça. Entrevista MMM [27 jan. 2018]. Entrevistadora: (VG). Maputo - Moçambique, 2017. 1 arquivo .m4a (01:39:20 min). Entrevista para a pesquisa de Doutorado. Transcrição: (VG).